



RECONHECIMENTO E RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE № 001/2024

- 1. DO RECONHECIMENTO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
- O Pró-Reitor de Administração RECONHECE a situação de INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO nº 001/2023, fundamentada no Artigo 74, III, alínea "f" c/c § 3°, da Lei 14.133/2021, conforme Termo de Referência.
- 1.2. Do Objeto: inscrição dos colaboradores ALEXSANDRO DA CONCEIÇÃO BRAZ e MARIA ANTÔNIA INÁCIO MORAIS, na modalidade a distância, no curso denominado FORMAÇÃO DE PREGOEIRO E LEILOEIRO, a se realizar na internet por meio da plataforma da Empresa UNYFLEX - UNYVERSO PÚBLICO TREINAMENTO LTDA.
- Contratada: UNYFLEX UNYVERSO PÚBLICO TREINAMENTO LTDA., CNPJ nº 50.451.387/0001-70
- 1.4. Valor Total da Contratação: R\$ 798,00 (setecentos e noventa e oito reais).
- 1.5. A contratação será registrada e publicada no Portal de Contratações da Amac, na situação de **Inexigibilidade de Licitação**, com amparo na legislação supracitada.
- Encaminhe-se o presente documento para RATIFICAÇÃO pela Autoridade Superior. 1.6.

Maria Antônia Inácio Morais

Chefe do Setor Administrativo e Financeiro

- 2. DA RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO E DA AUTORIZAÇÃO **DACONTRATAÇÃO**
- Processo de INEXIGIBILIDADE com dispensa da análise prévia pela PFG em virtude da 2.1. Orientação Normativa nº 69/2021 da AGU:

NÃO É OBRIGATÓRIA MANIFESTAÇÃO JURÍDICA CONTRATAÇÕES DIRETAS DE PEQUENO VALORCOM FUNDAMENTO NO ART. 75, I OU II, E \S 3° DA LEI N° 14.133, DE 1° DE ABRIL DE 2021, SALVO SEHOUVER CELEBRAÇÃO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO E ESTE NÃO FOR PADRONIZADO PELOÓRGÃO DE ASSESSORAMENTO JURÍDICO. OU NAS HIPÓTESES EM QUE O ADMINISTRADOR TENHASUSCITADO DÚVIDA A RESPEITO DA LEGALIDADE DA DISPENSA DE LICITAÇÃO. APLICA-SE O MESMOENTENDIMENTO ÀS CONTRATAÇÕES DIRETAS FUNDADAS NO ART. 74, DA LEI Nº 14.133, DE 2021, DESDE QUE SEUS VALORES NÃO ULTRAPASSEM OS LIMITES PREVISTOS NOS INCISOS I E II DO ART.75, DA LEI Nº 14.133, DE2021.











2.2. Diante dos dados expostos e da documentação apresentada, esta Coordenadoria Executiva **RATIFICA** a situação de INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, fundamentada no Artigo 74, III, alínea "f" c/c § 3°, da Lei14.133/2021, conforme Termo de Referência.

Marcus Frederick Freitas de Lucena

Coordenador Executivo

3. DA EXEQUIBILIDADE DO ATO

3.1. Objetivando à exequibilidade deste Ato composto, com vistas a torná-lo apto e disponível para produzir seus regulares efeitos, o mesmo é assinado pelas autoridades que procederam ao reconhecimento e à ratificação acima.

3.2. Da Publicação:

3.2.1. Publique-se no Portal de Contratações da Amac.

Rio Branco – Acre, 05 de fevereiro de 2024.

Maria Antônia Inácio Morais

Chefe do Setor Administrativo e Financeiro





